ENSINO DE GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Alexandre Rodrigues
Universidade Federal de Jataí
E-mail: alexandre_brexa1990@hotmail.com

Suzana Ribeiro Lima Oliveira
Universidade Federal de Jataí
E-mail: suzanarili@ufj.edu.br

Resumo:
Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são grupos que possuem suas formas próprias de organização social, usam o local de vivência e recursos naturais como condição para sua reprodução sociocultural transmitidos pela tradição, são grupos centenários e fazem parte da formação territorial brasileira. Considera-se que é fundamental a inclusão no processo de aprendizagem, pois os PCTs foram essenciais para a produção do espaço Brasileiro. O objetivo deste trabalho foi o de compreender como são tratados os conteúdos sobre PCTs no Documento Curricular para Goiás e se essa temática é tratada pelos professores de Geografia da Rede Estadual de Educação em Jataí/GO que atuam em escolas onde já foi implantado o Novo Ensino Médio. Foi utilizada a abordagem qualitativa e para coleta de dados a pesquisa documental, questionários e entrevistas com professores formados em Geografia e que atuam no novo ensino médio. Entre os povos reconhecidos no Brasil estão os indígenas, quilombolas, cerradeiros, entre outros. No ensino médio, na Base Nacional Comum Curricular, apresenta diretrizes que destaca, enquanto habilidade, o estudo sobre os PCTs, contudo são poucos os materiais e recursos didático-pedagógicos que contribuem para a formação de seu conceito por alunos da educação básica mesmo os de ensino médio como no caso de Jataí-GO. Destaca-se a importância da mediação da construção do conhecimento sobre esses povos e comunidades de forma mais significativa, e mais ainda, daqueles grupos pertencentes ao lugar de vivência dos estudantes que no caso de Jataí são os povos cerradeiros que contribuem para formação do sentimento de pertencimento.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Povos e Comunidades Tradicionais; Ensino Médio.

Introdução

Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são grupos que possuem formas de organização culturalmente específicas e estão presentes em todo território brasileiro, já habitam o Brasil antes da colonização pois foram por povos originários que os navegadores da época foram recebidos.

Com o passar dos anos, com a apropriação de parte considerável desse território alguns fatores como: crescimento da população, migração, miscigenação de raças, a necessidade de se adaptar as características físico-naturais, a expansão agropecuária, dentre outros motivos, contribuíram para o desaparecimento e/ou migração de alguns povos e comunidades e a segregação de outros permanecendo sua invisibilidade (MPMG, 2014).

Silva e Souza (2009, p. 129) afirmam que "[...] no primeiro Encontro Regional dos PCTs, ocorrido em 2005 no Brasil, foi apresentado que havia cerca de 4,5 milhões de integrantes no Brasil, em cerca de 25% do território Brasileiro". Compreende-se que é um número expressivo e que não podem permanecer na invisibilidade.

Sabendo que esses povos e comunidades existem antes da colonização do Brasil, e somente em 2007 é que foi elaborada sua definição de forma oficial, é que se visualiza a importância de estudos nesta área. A definição de PCTs surge com o Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que são:

> [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, Art. 3º, p. 316).

No Brasil temos uma diversidade de PCTs, entre eles "[...] estão quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, [...], entre outros (COUTINHO, 2018, p. 4).

Em Goiás, segundo Pelá e Mendonça (2010, p. 54) existem os Povos Cerradeiros,

> [...] que se referem aos sujeitos sociais trabalhadores/produtores que historicamente viveram nas áreas de Cerrado e constituíram forma de uso da terra a partir das diferenciações naturais-sociais experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações socias de produção muito próprias e em acordo coma as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas-socioculturais.

Muitos PCTs, vivem na invisibilidade, ficando silenciados por pressões econômicas, por processos de discriminação e exclusão social. É necessário a formação de um olhar

espacial integrado, permitindo compreender as territorialidades existentes em diferentes escalas, para assegurar "[...] práticas socioculturais, expressões corporais e estéticas, constituindo novos saberes e fazeres" (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54).

Considera-se que é preciso descolonizar o processo de ensino-aprendizagem frente a culturas diversas, que foram e são protagonistas na produção do espaço brasileiro e o ensino de Geografia na educação básica pode contribuir para diminuir a invisibilidade desses PCTs. Urge o reconhecimento dos PCTs enquanto parte da formação do povo brasileiro. É preciso compreendermos a (Re) Existências desses povos,

> [...] enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidade como condição para continuar (Re)Existindo (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54).

Oliveira (2019), afirma que os estudantes do ensino médio não reconhecem os povos que vivem em seu bioma-território (CHAVEIRO, 2005), por exemplo, eles não conseguem falar o que são os povos cerradeiros, como surgiram, seu modo de vida, tradições, questões do direito territorial desses povos e outros, reconhecem com certa riqueza de detalhes apenas os aspectos físico-naturais.

Assim, para que esses PCTs possam sair da invisibilidade é necessário propor a mediação do ensino de Geografia que valorize seus modos próprios de ser e de viver e reconheça a sua existência. Essa investigação teve como questões orientadoras: como é proposto nos documentos oficiais para o ensino de Geografia o trabalho sobre PCT? Como esta temática tem sido mediada? Tem sido valorizada a construção do conhecimento que possibilite a reflexão quanto a importância da redução da desigualdade e da promoção da justiça social? Quais fundamentos teóricos metodológicos podem ajudar o professor nessa construção?

Diante dessa problematização, foi proposto para a presente pesquisa o objetivo geral de compreender como são tratados os conteúdos sobre PCTs no Documento Curricular para Goiás (DC-GO) e se/como essa temática é abordada pelos professores de Geografia da Rede

Estadual de Educação em Jataí/GO que atuam em escolas onde já foi implantado o Novo Ensino Médio.

Essa linha de investigação utilizou a abordagem qualitativa, que possibilita a compreensão das subjetividades presentes no contexto em que os sujeitos estão inseridos. Como área de pesquisa, foram investigados os colégios Estaduais de ensino médio que implantaram o Novo Ensino Médio em Jataí, sendo: CEPI José Feliciano Ferreira, CEPI João Roberto Moreira. Como procedimentos metodológicos foram elencados incialmente a pesquisa documental, o questionário, a entrevista.

A importânica de se ensinar sobre PCTs na disciplina de Geografia

Em uma sociedade cada vez mais desigual e com o avanço da tecnologia os indivíduos tem demonstrado menos envolvido na coletividade, na valorização sociocultural local, entre outros, por isso acredita-se que a Geografia contribui para despertar no estudante o interesse em ser um cidadão crítico participante ativo em ações que promovam, dentre outros aspectos, o que tem sido orientado pelas diretrizes curriculares educacionais, como a habilidade prevista na BNCC para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, EM13CHS601,

> Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país (BRASIL, 2017, p. 579).

Neste direcionamento, acredita-se que o currículo deve ser compreendido de forma teórico-prática, incluindo o reconhecimento da comunidade em que está inserido, destacando quem são a partir das definições oficiais.

Discutir sobre PCTs é fundamental para reflexão sobre impasses contemporâneos e os desdobramentos que se materializam em ações, atitudes, valores individuais, coletivos e o ensino de Geografia na educação básica é um dos importantes momentos da formação que

pode contribuir com esta reflexão. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017, p. 368) desde o ensino fundamental anos iniciais já explicita, mesmo que de forma superficial, esta necessidade. No referido documento afirma que,

> É imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades (BRASIL, 2017, p. 368).

Assim seu estudo na área de ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) no componente curricular de Geografia deve reconhecer que seu modo de vida se estabelece num conjunto de ações espaciais concretas no ambiente natural, social e/ou político. Para Almeida (2005, p. 342),

> [...] a preservação das identidades e dos valores culturais e o enraizamento à terra aparecem como suportes da biodiversidade, da resiliência e da complexidade do ecossistema. São as populações que habitam as matas, os cerrados, as caatingas e as área rurais, onde expressam sua cultura ecológica, que têm condições de manter a base de recursos como legado de um patrimônio histórico e cultural.

Compreender que é "[...] pela palavra que humanizamos o mundo e nos mundificamos" e que "a linguagem dá ação ao pensamento, e ele se efetiva num jogo de trocas simbólicas se tornando o ingrediente que estabelece valor, produz conhecimento, interroga, descortina realidades, instaura paixões, conduz ações, alavanca superações" (CHAVEIRO, 2005, p. 50), é que destaca-se a importância de descortinar no ensino de Geografia os saberes sobre povos e comunidades tradicionais no Brasil dando visibilidade a sua importância territorial.

Legislação e diretrizes curriculares para o ensino sobre Povos e Comunidades Tradicionais e o trabalho docente no ensino médio em Geografia

Mesmo que desde 2007 já prevê a definição de PCTs por meio do Decreto n. 6.040/2007, no estado de Goiás, apenas em 2021 que foi criada a lei nº 21.013 que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos PCTs fortalecendo o reconhecimento, valorização e inclusão social e garantindo seus direitos territoriais e culturais. Está previsto,

> Art. 3º As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática (GOIÁS, 2021).

Inclui ainda a utilização dos territórios tradicionais dos quais utilizam como meio de sobrevivência, sendo,

> II – Territórios tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e
> III – desenvolvimento sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (GOIÁS, 2021).

A lei nº 21.013, de 25 de maio de 2021 do estado de Goiás implementa o direito como objetivos específicos acessos a recursos naturais, solucionar conflitos territoriais, garantir direito a educação, acesso aos serviços de saúde e políticas públicas dentre outros. Regulamento para,

> I – Garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
> II – Solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
> III – implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;
> V – Garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não– formais;
> VII – garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características socioculturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional;

Assim, é ainda mais necessário explicitar a importância do ensino desses PCTs no ensino médio e destacar que existem resoluções que fundamentam e validam a sua elaboração e implementação.

Um dos documentos oficiais e direcionadores dos trabalhos nos colégios que ofertam o ensino médio é a atual resolução do Novo Ensino Médio de 21 de novembro de 2018 que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para este nível de ensino. Em relação a temática de pesquisa sobre os PCTs, nesta resolução, são indicadas algumas possibilidades, explicita em seu artigo 5º parágrafo IV enquanto princípio, o "respeito aos direitos humanos como direito universal", e no artigo 6º, parágrafo VIII destaca o termo diversificação apresentando sua conceituação que é a,

> Articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho, contextualizando os conteúdos a cada situação, escola, município, estado, cultura, valores, articulado as dimensões trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultural (BRASIL, 2018, p. 14).

Ainda na referida resolução, é destacado os itinerários formativos que o componente Geografia faz parte, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), em que é definido enquanto,

> [...] aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em relações sociais, modelos econômicos, processos políticos, pluralidade cultural, historicidade do universo, do homem e natureza, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino (BRASIL, 2018, p. 15).

Enquanto proposta pedagógica é definido para o ensino médio no artigo 27º, que seja possibilitado, o comportamento ético como ponto de partida para o reconhecimento dos direitos humanos e da cidadania, e ainda,

> XV §. XV - Promoção dos direitos humanos mediante a discussão de temas relativos a raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de preconceitos, discriminação e violência sob todas as formas (BRASIL, 2018).

Os artigos e parágrafos anteriormente descritos regulamentam o que compreende-se como fortalecedores da necessidade de garantir no ensino médio o ensino sobre PCTs. Quando é abordada a necessidade de considerar o contexto local, entendemos que os PCTs devem ser um dos conteúdos a ser contemplado nas aulas de Geografia ressaltando a importância para a compreensão sobre a sua influência na construção identitárias da comunidade que ali vive, destacando seus contextos histórico, econômico, social, ambiental, cultural local e sua relação com as demais escalas geográficas.

Outro documento que regulamenta como diretriz para as CHSA é a BNCC. Um de seus direcionamentos indicam a necessidade de compreender o mundo a partir das dinâmicas físico-naturais, sociais, econômicas, políticas e culturais, ampliando e aprofundando as aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. O referido documento apresenta como proposta que estudantes "[...] desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade" (BRASIL, 2018, p. 561). E ainda é explicitado que é "imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades (BRASIL, 2018, p. 368).

Um documento utilizado como recurso didático nos colégios é o livro didático. Na cidade de Jataí-GO, o livro didático utilizado pelos colégios participantes da pesquisa no ensino médio é o Geografia contextos e redes[1] não é indicado e/ou apresentado de forma explícita conteúdos que contemplem a temática.

No livro didático utilizado no primeiro ano ao citar os PCTs, apresenta especificamente sobre indígenas e terras indígenas, não citam outros grupos. No livro adotado no segundo ano, sobre a população brasileira, é destacado que é formada por uma

[1] DA coleção da editora moderna (2016) dos autores: Angela Corrêa da Silva, graduação em Ciências Sociais, mestre em Educação, Nelson Bacic Olic, bacharel e licenciado em Geografia, e Ruy Lozano, bacharel e Licenciado em Geografia,

miscigenação de várias culturas, etnias, crenças e tradições, no entanto, retoma a discussão sobre os indígenas e insere brevemente os quilombolas, sem qualquer referência a outros PCTs. No livro didático voltado para o terceiro ano do ensino médio não possui conteúdos sobre os nenhum PCT.

É evidenciado que existe uma regulamentação para se trabalhar com a referida temática, possibilitando uma visibilidade para os PCTs, e ainda, que é a mesma que orienta a elaboração do livro didático por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), mas que esse recurso didático ainda precisa ser estruturado para atendê-la, e que ele tem sido o principal recurso utilizado nas salas de aula.

A construção da necessária visibilidade dos PCTs por meio do ensino de Geografia

O presente estudo evidencia que os PCTs são citados em vários documentos oficiais, tais como no Art.3 da Constituição Federal e para o estado de Goiás na lei nº 21.013/2021 que implementa o direito de inclusão social e direitos, como de garantir a educação, o acesso aos serviços de saúde, a utilização do território e recursos naturais, a moradia, entre outros.

No ambiente escolar a resolução do Novo Ensino Médio de 21 de novembro de 2018 contempla a proposta ao conhecimento dos PCTs, orientando uma problematização e discussão do tema, a BNCC deixa um amplo espaço a utilização do tema na área de CHSA no componente curricular Geografia para que mesmo que não esteja descrito nos recursos didáticos, como no livro didático, a problematização dos grupos que não são citados, inclusive os povos e comunidades que fazem parte da história ou vivem na região escolar precisam ser também considerados, pois eles fazem parte da contextualização desse ambiente, deixando eles de fora do ensino escolar é apagar parte da história brasileira.

Conforme apresentado anteriormente, os documentos citados dão suporte e regulamentam para que o ensino sobre PCTs pela Geografia na educação básica seja abordado e contextualizado na sala de aula.

Para compreender sobre a mediação da construção do conhecimento sobre a referida temática nos colégios que implantaram o novo ensino médio em Jataí, foram feitos contatos com os professores desses colégios. Devido ao contexto que se instalou em virtude do

decreto legislativo nº6/2020 (DOU 20.03.2020 seção1-extra, p.1) em ocorrência do estado de calamidade pública da pandemia da COVID-19 os contatos foram realizados de forma remota via telefone e e-mail. Diante desse fato e da carga horaria dos docentes dos colégios que foi ampliada para atender os estudantes, primeiramente foi realizada a aplicação de questionário e posteriormente uma entrevista para sanar dúvidas que ainda não haviam sido contempladas e/ou explicitadas no questionário.

Para o questionário foram elaboradas seis perguntas que foram respondidas por dois professores formados em Geografia que ministram aula no CEPI Jose Feliciano e CEPI João Roberto Moreira. É importante destacar que os professores que responderam são formados em Geografia e atuam a mais de dois anos no ensino médio, que é o período que vem sendo discutida a resolução nº 3/2018 do novo ensino médio, característica definidas para escolha dos participantes.

Assim, com base nas respostas dos professores por meio do questionário que foi composto por seis perguntas objetivas e as entrevistas possibilitam inferir alguns motivos pelo qual o tema sobre PCTs serem pouco discutidos em sala de aula. Sendo evidenciado, pelos professores, que a carga horária semanal é o principal motivo, assim para tentar atender a uma quantidade mínima de componentes curriculares da Geografia é priorizada a utilização do livro didático enquanto recurso didático-pedagógico, mas que é compreendido que o assunto é tratado de forma superficial não contemplando o que prevê a legislação.

É importante destacar que a carga horária é um fator importante a se considerar, no entanto, por meio da análise dos materiais didáticos que estão disponíveis é evidenciado que a discussão sobre os PCTs precisa ser contemplada com menos superficialidade deixando o ensino da temática fragilizada e esses povos invisibilizados.

Compreende-se que é necessário maior investimento didático-pedagógico para que seja garantida a mediação do ensino sobre os PCTs durante a educação básica, em especial no ensino de Geografia, devendo se colocar em pauta também seu direito territorial. Devemos compreender a relação desses povos com o território, pois ameaçando seus territórios estamos garantindo a permanência de sua invisibilidade, sua importância e até extinção de alguns grupos perseguidos ao longo de sua existência

Considerações finais

Diante do que foi exposto é possível compreender que os documentos oficiais desde a Constituição Federal, a BNCC, entre outros, dão embasamento para ser problematizado na sala de aula o tema de PCTs, porém devido a uma carga horária reduzida, a necessidade de uso do livro didático enquanto recurso principal que os estudantes tem acesso, e ainda que neste livro didático, no caso estudado os dois colégios de ensino médio de Jataí, contemplar apenas dois grupos com breves citações sobre indígenas e quilombolas e tratar de forma insuficiente nem citando sobre grupos como geraizeiros, matriz africana, seringueiros, castanheiros, cerradeiros, entre outros, é reforçada a necessidade do desenvolvimento de pesquisas relativas a temática para disponibilização de matéria/recursos didáticos que as contemple.

A exemplos dos cerradeiros, estes possuem uma significativa presença, portando é preciso adotar as orientações para que esses povos e comunidades sejam contemplados no ensino de Geografia ou para que seja possibilitado aos professores implantarem em seus planos de aula o ensino sobre PCTs destacando os grupos que fazem parte do local onde o estudante está inserido.

Entende-se que apesar de haver leis e diretrizes que possibilitam e orientam a disseminação do ensino sobre PCTs no ensino de Geografia, faltam recursos didático-pedagógicos que possibilitem aplicar na prática para que os estudantes conheçam e entendam a diversidade de cultura que temos em nossa região e até no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. **A captura do Cerrado e a precarização de territórios**: Um olhar sobre sujeitos excluídos. Em: ALMEIDA, Maria Geralda. Tantos Cerrado. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

Brasil. Decreto 6040 de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº3 do ensino médio de 21/2018.

CHAVEIRO, Eguimar. **Símbolos das paisagens do Cerrado Goiano**. Em: ALMEIDA, Maria Geralda. Tantos Cerrado. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

MPMG. Ministério Público de Minas Gerais. COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS (CIMOS), 2014.

COUTINHO, Marcus Vinícius. **A política de Povos e Comunidades Tradicionais**: Uma proposta de agenda de pesquisa nas Ciências Socias. Caxambu:42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018.

ESTADO DE GOIÁS, Legislação, Casa Civil 2021.

OLIVEIRA, Suzana Ribeiro Lima. Formando o conceito de Cerrado: **Identidade (s) que se (re) constroem na educação básica em Jataí-GO**. Em: ASSIS, Tauã Carvalho de; PINTO, Suely Lima de Assis; REIS, Márcia Santos Anjo. **História Local**: A cidade na tessitura da pesquisa acadêmica. Curitiba: CRV, 2019.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Cerrado Goiano**: Encruzilhada de tempos e territórios em disputa. Em PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (orgs). Cerrados: Perspectivas e olhares - Goiânia: Editora Vieira,2010.

SILVA JR., Gladstone Leonel da; SOUZA, Roberto Martins de. **As comunidades tradicionais e a luta por direitos étnicos e coletivos no sul do Brasil.** R. Fac. Dir., v. 33, n. 2, p. 128-142, jul./dez. 2009.